

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

Entidades tradicionalmente
atendidas 13.

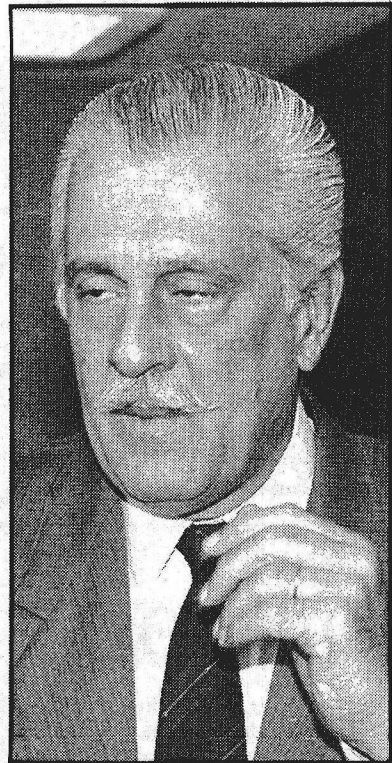
indicações políticas
obtidas em função:
das eleições 5

18.

Ass: O ministro para
Ft. Bahia.

Ass: Costa da Costa
em substituição
de F. T. Ricardo Fiúza
Ministro

Trechos do bilhete de Fiúza a José Carlos: cumplicidade com João Alves



Fiúza: depoimento muito esperado

Só bilhete anima CPI para depoimento de Fiúza

BRASILIA — O depoimento, hoje, do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) à CPI do Orçamento pode não corresponder à expectativa que vem provocando. Integrantes da CPI reconhecem que ainda não contam com elementos suficientes para interrogar adequadamente o deputado, apontado como peça-chave no escândalo de corrupção.

— Vai ser um desastre — previa ontem o senador José Paulo Bisol (PSB-RS).

— Por enquanto não temos nenhum pulo do gato para surpreender o deputado — admitia o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da subcomissão de subvenções sociais.

O aumento rápido de patrimônio e a liberação de emendas ir-

regulares serão as principais acusações que os parlamentares farão a Fiúza. Apesar do desânimo de alguns, o bilhete manuscrito por Fiúza quando ministro da Ação Social para seu assessor José Carlos Alves dos Santos, revelado ontem pelo GLOBO, deverá ser amplamente usado pelos parlamentares que vão interrogá-lo. O bilhete pode ser prova de que o esquema de distribuição das subvenções sociais sobreviveram ao afastamento do deputado João Alves (PPR-BA) da relatoria da Comissão Mista do Orçamento.

Segundo o ex-assessor, que entregou cópia do bilhete à CPI, o texto confirmava um acordo de Fiúza com Alves para privilegiar as mesmas entidades que sempre levaram vantagens no Orça-

mento. Os Cr\$ 18 bilhões (a preços de abril de 1992) das subvenções deveriam ser divididos assim, de acordo com o bilhete: “Entidades tradicionalmente atendidas — 13; indicações políticas observados os trâmites legais — 5. E frisa: “o mínimo para o estado da Bahia”.

Na Superintendência da Polícia Federal, onde está preso, José Carlos conversou longamente com os integrantes da CPI, semana passada. Nessa conversa, garantiu que a lista das entidades que sempre eram atendidas, e deveriam continuar sendo, foi feita pelo próprio João Alves e encampada por Fiúza. Ainda segundo o ex-assessor, as demais entidades, que ficariam com Cr\$ 5 bilhões, atenderiam aos interesses pessoais de Fiúza.